



# Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade

## LEI COMPLEMENTAR Nº 386

Altera dispositivos da Lei nº 1745/77 –  
Código Tributário do Município, aprova  
a Planta Genérica de Valores, para fins  
de apuração e lançamento de Imposto  
Predial e Territorial Urbano do  
Município, e dá outras providências.  
Proc. nº 36268/02

MÁRCIO FRANÇA, Prefeito do Município de São Vicente,  
usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara  
Municipal decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** - Ficam aprovadas as Tabelas de Valores Básicos  
Unitários por metro quadrado das construções e a Planta Genérica de Valores de  
Terrenos e Glebas constantes dos Anexos I e II desta Lei Complementar.

**Art. 2º** - Passam a vigorar com a seguinte redação os  
dispositivos abaixo relacionados da Lei nº 1745, de 29 de setembro de 1977 –  
Código Tributário do Município:

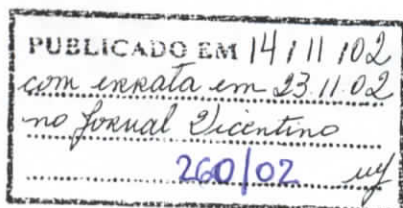
I – Art. 87 - § 2º, acrescido de §§ 3º e 4º:

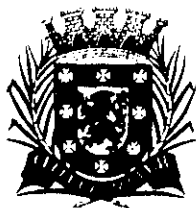
“§ 2º - Sempre que transitar em julgado qualquer  
sentença considerando improcedente a execução fiscal, bem como nos casos em  
que seja considerada impossível a cobrança da dívida ou quando a remessa da  
cobrança tenha sido feita por lapso, a Secretaria dos Negócios Jurídicos dará  
ciência de tais fatos à Secretaria da Fazenda, para as providências relativas ao  
cancelamento do débito.

§ 3º - Serão cancelados, mediante despacho do  
Prefeito, os débitos fiscais:

- a) legalmente prescritos;
- b) de contribuintes que tenham falecido sem deixar  
bens que expressem valor.

§ 4º - O cancelamento será determinado “ex-offício”  
ou a requerimento de pessoa interessada, desde que fique provada a morte do  
devedor e a inexistência de bens, ouvidas as Secretarias dos Negócios Jurídicos  
e da Fazenda.”





# *Prefeitura Municipal de São Vicente*

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 386**

fl.02

**II – Art. 207 – incisos V e VI, suprimido o inciso VII:**

“V- 5% (cinco por cento) no caso do item 101;

VI – 2% (dois por cento) nos demais casos.”

**III – Art. 281 – suprimido o § 2º, passando o § 1º a**  
parágrafo único.

**IV – Art. 326 - §§ 1º e 3º, mantidos os §§ 2º e 4º a 10 e**  
acrescido dos §§11, 12 e 13:

“ § 1º - A base de cálculo da taxa de serviços urbanos  
será aplicada:

**I – quando se tratar de prédios:**

**a) coleta e remoção de Lixo Domiciliar:**

1- prédios com até 200m<sup>2</sup> de área construída  
pagarão R\$ 2,30 por metro quadrado;

2- a área que exceder a 200m<sup>2</sup> será cobrada à  
razão de R\$ 0,23 por metro quadrado.

**II – quando se tratar de terrenos urbanos:**

**a) Coleta e Remoção de Lixo Domiciliar:**

1- terrenos com até 400m<sup>2</sup> de área pagarão R\$  
0,50 por metro quadrado;

2- para a área excedente será cobrado R\$ 0,054  
por metro quadrado.

**III – quando se tratar de locais ocupados por imóveis**  
nos termos do inciso III do artigo 172 da Lei nº 1745, de 29 de setembro de  
1977, será cobrado o valor anual correspondente a 12 (doze) parcelas de R\$ 9,59.

*af*



# Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade

## LEI COMPLEMENTAR Nº 386

fl.03

§ 3º - A Taxa de Remoção de Resíduos de Saúde é calculada por mês, de acordo com a tabela:

I – hospitais, maternidades e prontos-socorros particulares.....R\$ 670,18;

II – necrotérios, funerárias e serviços de medicina legal ..... R\$ 233,01.

§ 11 – Os responsáveis por consultórios médicos e odontológicos, farmácias e drogarias, clínicas veterinárias, laboratórios de análises clínicas e institutos de radiologia deverão adquirir recipientes destinados à coleta de resíduos de saúde (sacos plásticos ou caixa descartável) fornecidos pela CODESAVI – Companhia de Desenvolvimento de São Vicente, pelo preço constante da seguinte tabela e conforme o tipo do resíduo:

Infectante (saco plástico)	Valor por unidade
20 litros	R\$ 3,00
40 litros	R\$ 6,00
60 litros	R\$ 8,50
100 litros	R\$ 16,00
Pérfuro-cortante (caixa descartável)	Valor
03 litros	R\$ 5,50
07 litros	R\$ 10,00
13 litros	R\$ 13,50

§ 12 – O usuário que, na forma do parágrafo anterior, acondicionar os resíduos de saúde em embalagens não autorizadas pelo Poder Público, ficará sujeito à multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), aplicada em dobro na reincidência.

28



# *Prefeitura Municipal de São Vicente*

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 386**

fl.04

§ 13 – Nas feiras-livres, pela realização do serviço de coleta e remoção do lixo o feirante pagará taxa anual correspondente a R\$ 166,82 (cento e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos) por metro linear a ser utilizado pelo equipamento necessário ao exercício da atividade requerida, durante 6 (seis) dias, ou o valor proporcional aos dias da semana em que a atividade é efetivamente exercida.”

**Art. 3º** - Os valores de tributos, faixas de tributação, multas de qualquer natureza e preços públicos, previstos na legislação municipal e não alterados por esta Lei Complementar, serão atualizados monetariamente, mediante a aplicação do índice de 9% (nove por cento).

**Art. 4º** - Passa a ter a seguinte redação o art. 10 da Lei nº 2227, de 03 de fevereiro de 1989, alterado pelo inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 186, de 03 de novembro de 1997, pelo art. 2º da Lei Complementar nº 217, de 19 de novembro de 1998, e pelo art. 1º da Lei Complementar nº 331, de 28 de dezembro de 2000:

“Art. 10 – A alíquota do imposto é de 2% (dois por cento).”

**Art. 5º** - Os débitos para com a Fazenda Pública Municipal, inscritos ou não na dívida ativa, inclusive os ajuizados e os relativos a multas decorrentes de infração à legislação edilícia e às posturas municipais poderão ser quitados em até 36 (trinta e seis) parcelas, cujo valor não poderá ser inferior a R\$ 40,00 (quarenta reais).

§ 1º - Para fazer jus aos benefícios de que trata esta Lei Complementar o contribuinte deverá protocolizar requerimento na Prefeitura, em até trinta dias da data da publicação desta Lei Complementar, ocasião em que deverá optar pelo número de parcelas e recolher a importância correspondente a 10% (dez por cento) do montante do débito.

§ 2º - O Poder Executivo poderá prorrogar, por Decreto, o prazo previsto no parágrafo anterior.



# *Prefeitura Municipal de São Vicente*

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 386**

fl.05

**Art. 6º** - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2003, quanto aos artigos 1º, 2º, 3º e 4º.

**Art. 7º** - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 186, de 03 de novembro de 1997, o art. 2º da Lei Complementar nº 217, de 19 de novembro de 1998, o art. 1º da Lei Complementar nº 331, de 28 de dezembro de 2000 e a Lei Complementar nº 154, de 07 de março de 1997.

São Vicente, Cidade Monumento da História Pátria, Cellula Mater da Nacionalidade, em 13 de novembro de 2002.



**MÁRCIO FRANÇA**  
Prefeito Municipal

N